

MULHER, SINÔNIMO DE POBREZA?

Mayra Rachel Silva*
Maria do Socorro Ferreira Osterne**

Resumo

Estudos evidenciam que a pobreza atinge aos homens e às mulheres de modo diferenciado, apresentando-se de forma mais aguda para as mulheres. Nesse sentido, propomos uma discussão sobre os principais aspectos relacionados às questões de gênero que se vinculam, diretamente, ao quadro de pobreza vivenciado por muitas mulheres em nosso país.

Palavras-chave: Gênero. Desigualdade. Pobreza.

Abstract

Studies show that poverty affects men and women differently, presenting a more acute for women. Accordingly, we propose a discussion of major issues related to gender issues that are linked directly to the frame of poverty experienced by many women in our country.

Keywords: Gender. Inequality. Poverty.

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A POBREZA NO BRASIL

Pensar a pobreza no Brasil sugere refletir sobre o quadro de desigualdades sociais, econômicas e culturais constituído historicamente nesse país.

Embora significativa parcela da população brasileira encontre-se em situação de pobreza, o Brasil não é um país de poucos recursos. Estudos indicam que a explicação para tal contradição encontra-se na má distribuição de renda e riqueza entre os brasileiros.

Dados do IBGE (2010) demonstram que a desigualdade de renda no Brasil persiste de forma bastante acentuada, embora, nos últimos anos, tenha se destacado certa tendência à sua redução¹.

* Bacharel em Serviço Social e discente do curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. E-mail: rachelsilva-ce@hotmail.com.

** Professora Doutora do Curso de Serviço Social e dos Mestrados Acadêmico e Profissional em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: socorro.osterne@uece.br.
Texto recebido em 07/10/2012. Texto aprovado em 20/10/2012.

Uma pesquisa realizada pelo órgão supracitado mostrou que, no ano de 2010, 25% da população brasileira tinha renda per capita mensal de até R\$ 188 reais e que metade dos brasileiros recebia até R\$ 375 reais mensalmente. Vale enfatizar que os valores em destaque eram inferiores ao salário mínimo estabelecido no ano em questão, R\$ 510 reais.

É oportuno esclarecer que ao falar sobre a pobreza não se pode limitar o uso do termo, tão somente, à falta de recursos. Tendo como referência a literatura existente na área, a pobreza comporta em sua definição aspectos que vão além da falta de recursos, tais como, a desigual distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade, dentre outras manifestações.

Outro aspecto em evidência refere-se a dados relativos ao número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza em nosso país. De acordo com o IBGE (2010), elas totalizam um contingente de 16,75 milhões de pessoas, ou seja, 8,5% da população total do Brasil. Do total de pessoas consideradas em situação de extrema pobreza, uma média de 59,1% encontra-se na região nordeste.

Quando relacionada à questão de gênero, a distribuição da população em extrema pobreza, de acordo com o censo demográfico brasileiro de 2010, apresenta-se de forma homogênea entre homens e mulheres. Porém, com uma leve superioridade da presença feminina neste segmento populacional. Elas representam 50,5% da população em extrema pobreza e sua maioria, o equivalente a 52,6%, encontra-se nas áreas urbanas. Diferentemente dos homens que representam 49,5% do contingente em questão e que encontram-se, majoritariamente, 51,9% deles, nas zonas rurais.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de indicadores sociais – 2010* (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – n.27). Rio de Janeiro: 2010.

Tendo como referência a linha de pensamento que evidencia o modo diferenciado pelo qual a pobreza apresenta-se para homens e mulheres, propomos, na seção seguinte, expor alguns aspectos que fundamentam a categoria gênero.

A CATEGORIA GÊNERO E SUA PERSPECTIVA RELACIONAL

A categoria gênero durante algum tempo foi utilizada apenas para identificar os traços de caráter sexuais das pessoas, passando a ser empregada com o intuito de expressar a organização social das relações entre os sexos apenas recentemente.

Sobre esta questão, manifesta-se Osterne:

Foi, portanto, para rejeitar o determinismo biológico implícito no uso das dicções sexo ou diferença sexual, e para enfatizar o aspecto relacional das definições normativas da feminidade, ou seja, para destacar o caráter, fundamentalmente, social das diferenças fundadas sobre o sexo que apareceu a palavra gênero ².

A década de 90 caracteriza-se como um período de grande difusão do conceito de gênero no Brasil. Tal fato se deve à circulação de uma cópia do artigo de Joan Scott³ que abordava gênero como categoria analítica de estudo.

De acordo com Scott, a noção de gênero possui duas partes e várias subpartes que se encontram interligadas. A primeira parte refere-se à idéia de que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos; a segunda parte: o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder”⁴.

Quanto às subpartes, a perspectiva de Joan Scott aponta que elas estão associadas aos símbolos culturalmente disponíveis - que permitem a formação de representações simbólicas (exemplo: Eva, a Virgem Maria, etc). Vinculam-se, também, aos conceitos normativos, que interpretam e dão sentido aos símbolos

² OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira Osterne. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza: EDUECE: 2008, p. 131.

³ SCOTT, JOAN W. Gênero: una categoría útil para los estudios históricos? In: LAMAS, M. (Org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México: PUEG, 1997.

⁴ SCOTT, JOAN W. Op. cit., p.289.

expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, afirmando enfaticamente o que é masculino e feminino. Estão associados às instituições e organizações sociais e, por fim, às identidades subjetivas.

Embora o gênero não seja o único campo de articulação de poder, ele constitui-se a primeira instância dentro da qual, ou por meio da qual, o poder se articula. Joan Scott afirma que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização de toda a vida social, influenciando as concepções, as construções, a legitimação e a distribuição do próprio poder. Em suma, falar de gênero significa considerar as relações de poder que se estabelecem entre os sexos.

Para Saffioti⁵, a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outros. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, marcadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

A autora supracitada defende a ideia do uso simultâneo do conceito de gênero e patriarcado, pois, segundo ela, o patriarcado está “no coração da engrenagem exploração – dominação”⁶.

Puleo⁷ considera que a categoria gênero implica numa teoria da construção social das identidades sexuadas, bem como das relações de poder entre os sexos. Trata-se de uma relação dialética entre os sexos. Discutir sobre a categoria gênero significa falar de um conceito construído pelas ciências sociais na busca de analisar a constituição sócio-histórica das identidades masculina e feminina.

Pelo exposto, é possível perceber a variedade de concepções que permeiam a categoria gênero. Apesar do fato de cada feminista se interessar em explorar

⁵ SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁶ Idem, p. 88.

⁷ PULEO, Alicia H. *Filosofia, gênero y pensamiento crítico*. Série Filosofía. España: Universidad de Valladolid, 1999.

determinado aspecto do gênero, existe, ainda que limitado, um campo de consenso: “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”⁸

Na literatura de gênero também evidenciam-se os estudos que indicam a existência de alguns discursos que legitimam e justificam a construção e a hierarquização dos homens e do masculino em relação às mulheres e ao feminino.

Os discursos de legitimação e justificação da desigualdade entre homens e mulheres apresentam caráter de verdadeiros sistemas de crenças que atribuem características diferentes a cada um dos sexos. A partir destas atribuições, determinam os direitos, os espaços, as atividades pertinentes a cada sexo. Historicamente, esses discursos encontram-se nas mais diversas áreas, dentre elas: na mitologia, na religião e nas ciências.

Puleo⁹, por exemplo, registra a presença dos discursos que legitimam a desigualdade também no ramo das ciências. Para ilustrar a proposição, a autora reporta-se à exclusão das mulheres da cidadania no momento da instauração das democracias modernas. No período em epígrafe, médicos-filósofos se fundamentaram, para deixá-las à parte desse processo, na teoria da debilidade cerebral feminina e, também, nos preceitos da Higiene, que prezavam pela dedicação integral das mulheres à maternidade.

Outra forma de manter os estereótipos comportamentais, segundo Silva¹⁰, se dá através dos livros didáticos. Segundo ele, são através dos documentos escritos que são repassadas e ensinadas as maneiras corretas de comportamento social. Ao analisar um livro didático, o autor em discussão percebeu que as imagens e a forma pela qual os fatos históricos foram abordados reforçam o enquadramento da mulher ao âmbito privado, pois as imagens presentes nos livros analisados sempre enfocavam as mulheres em situação de subordinação, realizando trabalhos domésticos, cuidando de filhos ou em situação de consumo.

⁸ SAFFIOTI. Op. cit., p. 45.

⁹ PULEO. Op. cit.

¹⁰ SILVA, Severino Vicente da. Imagens da mulher em um livro didático. In: MARTÍN, Márcia Castilho; OLIVEIRA, Suely (Org.). *Marcadas a ferro*, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005, p. 154-158.

Osterne¹¹ utiliza as idéias de Castoriadis¹² para explicar que, no mundo social-histórico, tudo que se apresenta encontra-se entrelaçado com o simbólico. Destaca, contudo, que esse mundo não se esgota no símbolo. Os atos sejam eles reais, individuais ou coletivos, tais como o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade, não são, nem sempre são, diretamente símbolos, embora alguns deles são impensáveis fora de uma realidade simbólica.

Ainda em relação ao simbólico, Osterne faz menção ao pensamento de Bourdieu¹³ para expor que os símbolos são instrumentos por excelência da integração social, explica autora:

Como instrumentos de conhecimento e comunicação, os símbolos tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social, que contribui, essencialmente, para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral¹⁴.

Sob esta lógica, Bourdieu¹⁵ relata que o trabalho de reprodução da divisão dos gêneros, até recentemente, esteve garantido por três instâncias principais que se encontravam em consonância com os princípios do Estado (que veio ratificar e reforçar os preceitos do patriarcado privado com as de um patriarcado público presente em todas as instituições responsáveis por gerir e regulamentar a existência cotidiana da unidade doméstica), são elas: a Família, a Igreja e a Escola. Estas, sincronizadamente, possuíam a característica de agir sobre as estruturas inconscientes, explica o autor:

É, sem dúvida, à Família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, (...) ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Por fim, a Escola, mesmo quando já libertada da tutela da igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal e sobretudo os que estão inscritos

¹¹ OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza: EDUECE: 2008.

¹² CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. Trad. GuyReynaud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹³ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹⁴ OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Op. cit., p.158.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. Op. cit.

em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas (...)¹⁶

Assim como os discursos legitimadores, em parte, o cotidiano também favorece a naturalização da desigualdade de gênero. Segundo Soares¹⁷, o cotidiano leva à rotina, ele habitua e normatiza, regula e regulamenta a vida social, eterniza e naturaliza regras, engessando a possibilidade de mudança por parte do humano.

Sob o ponto de vista de Heller¹⁸, é no cotidiano que há maior possibilidade de ocorrer a alienação. O indivíduo, na constante busca de cumprir seus papéis sociais, acaba, geralmente, caindo no conformismo social ou na tentativa de evitar conflitos que poderiam resultar no não acatamento de tais papéis.

As ações rotineiras, portanto, terão papel fundamental na manutenção da desigualdade de gênero em nossa sociedade, uma vez que, a rotina, favorece a solidificação de conceitos e dogmas.

Outro marco conceitual que amplia e orienta as abordagens sobre a desigualdade entre homens e mulheres refere-se à pobreza, aspecto indispensável ao realizarmos uma análise das relações de gênero.

A POBREZA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Refletir sobre a desigualdade entre homens e mulheres, também remete a outra configuração significativa, ou seja, requer evidenciar a pobreza numa perspectiva de gênero. Para melhor entender este fenômeno, torna-se importante tecer algumas considerações referentes ao neoliberalismo, pois compreendemos que o agravamento da pobreza na América Latina tem como um de seus fatores propulsores a adoção do modelo neoliberal.

Com a crise capitalista internacional de 1974 -1975, que expressou o esgotamento de uma fase de expansão econômica, foram deixadas de lado as políticas Keynesianas e, por conseguinte, a estrutura do denominado Estado de Bem-

6 BOURDIEU, Pierre, 2007. Op. cit. p. 103-104.

¹⁷ SOARES, Ana. C. Nassif. *Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

¹⁸ HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Estar Social (*Welfare State*). Segundo Gutiérrez, Long e Parga¹⁹, a conjuntura descrita favoreceu o início do processo de implantação do modelo neoliberal, cuja concepção de Estado como interventor econômico foi eliminada e sofreu uma drástica redução de seu tamanho (no que tange à implementação de políticas sociais), figurando a ideia do chamado Estado mínimo. O Estado mínimo, porém, se maximizou como incentivador e protetor do capital. Atuou, inclusive, como grande financiador da acumulação privada.

O modelo neoliberal foi experimentado, inicialmente, nos últimos anos da década de 70 e início dos anos 80, nos países capitalistas mais industrializados, especialmente na Grã-Bretanha, sob o governo de Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos sob o primeiro governo de Ronald Reagan. A partir deste marco, o neoliberalismo e a globalização expandiram-se por todo o mundo e têm-se mantido como eixos orientadores da economia, da vida social, da política, das relações internacionais e da cultura na maioria dos países de todos os continentes.

O modelo neoliberal trouxe consigo grandes inovações técnico-científicas, mas, a despeito de tamanha modernização, ficou patenteado o agravamento das desigualdades. Desta forma, este modelo econômico tem acarretado inúmeras consequências no plano social, bem como, favorecendo a concentração de renda nas mãos de uma minoria, enquanto grande parte da população sofre com a pobreza.

Sob esta linha de análise, podemos dizer que o neoliberalismo e a mundialização da economia trazem, em seu bojo, mudanças na vida dos países, das comunidades e das pessoas, e, por conseguinte agrava o quadro de pobreza na América Latina.

¹⁹ Em comunicação apresentada no VIII seminário *Os partidos políticos e uma nova sociedade*, promovido pelo partido do trabalho, realizado na Cidade do México. (GUTIÉRREZ, Alberto. A.; LONG, Virgílio M.; PARÇA, Rodolfo S. Teses sobre a crise do capitalismo e a conjuntura mundial. In: *VIII Seminário os partidos políticos e uma nova sociedade*. México, mar. 2004. Disponível em: http://resistir.info/México/anaya_8_seminário_mar04_port.HTML#asterisco. Acesso em 18 fev. 2008).

Com base nesta concepção, Jonhson²⁰ afirma que, na atual conjuntura, a pobreza é percebida como um efeito negativo decorrente da presença da lógica neoliberal na sociedade. Assevera que o modelo econômico em evidência recriou, ou mesmo fortaleceu, a distribuição desigual da riqueza.

Observa-se, conforme foi exposto no início deste trabalho, que a pobreza atinge mulheres e homens de forma diferente. Tal proposição nos leva a atentar para uma importante tendência – a vinculação da pobreza à condição de gênero, expressa no aumento progressivo das taxas de pobreza entre as mulheres.

Novellino²¹, ao utilizar o termo feminização da pobreza, evidencia a ideia de que, no decorrer do tempo, as mulheres vêm se tornando mais pobres do que os homens.

A autora supracitada, tendo como referência o pensamento de Pearce²², demarca o início do processo de feminização da pobreza quando a mulher, sozinha, ou seja, sem marido ou companheiro, ao se responsabilizar pelo sustento familiar, se torna a provedora do seu sustento e de seus filhos. Sob esta lógica, considera a chefia domiciliar feminina um dos indicadores da pobreza que assola um grande número de mulheres.

Pacheco²³, com base na literatura sobre famílias pobres no Brasil, também considera estreita a ligação entre a pobreza e a chefia familiar feminina. Ademais, estes estudos apontam para um aumento expressivo do número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil e para o fato de que a maioria delas se encontra nos segmentos mais pobres da população.

²⁰ JOHNSON, G. A.; KRIEGER, Moises. Feminização da Pobreza: uma leitura crítica. In: *Achegas*, v.1,2007, p. 18-30. disponível em: <http://www.achegas.net/numero/35/johnson_35.pdf>. Acesso em: 12 set. 2007.

²¹ NOVELLINO, Maria S. Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, v. 1, 2004.

²² PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and elfare. In: *Urban and Social Change Review*, 1978, p. 28-36.

²³ PACHECO, Ana Lúcia de P. Barros. *Mulheres pobres e chefes de família*. 2005. Tese (doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.psicologia.ufrj.br/pos_elcos/pos_eicos/arq_anexos/arqteses/analuciapaespacheco.pdf. Acesso em: 13 ago.2007.

O modelo de família com núcleo patriarcal - baseado em uma estrutura hierárquica, bem como na dicotomia dos papéis sexuais familiares, apresentou um significativo declínio ao longo da segunda metade do século XX. Tal tendência pode ser percebida tanto nos países do capitalismo central quanto nos países de sua periferia:

Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas uma quarta parte dos domicílios correspondia a esse modelo familiar em 1990. O declínio desse padrão familiar reflete as profundas transformações que ocorreram na esfera do privado, das relações de gênero e da intimidade, com repercussões na condição feminina. Essas transformações guardam, por sua vez, estreita associação com as mudanças geradas pelo processo de reorganização do capitalismo em escala mundial²⁴

A autora em epígrafe considera que as mudanças que vêm ocorrendo no seio da família configuram-se uma verdadeira revolução que tem se processado nos costumes, na sexualidade, no casamento e incidindo de forma notável nos padrões de família. Segundo ela,

A conformação da sociedade já não corresponde mais de forma inquestionável ao modelo masculino. As mudanças que têm se processado no espaço privado, como o aumento do número de divórcios, uniões consensuais e nascimentos fora do casamento, a diminuição dos filhos e da idade média de casar, e os arranjos alternativos de família vêm provocando alterações na condição da mulher tanto no espaço privado quanto no espaço público da vida social²⁵.

Ao considerar a mulher como pessoa de referência da família, os dados do IBGE (2008) demonstram um aumento significativo desse segmento populacional. Em 1998, elas correspondiam a 25,9% dos domicílios brasileiros, passando para 34,9% em 2008. No mesmo período, houve um aumento significativo de mulheres que eram arrimo de família, apesar da presença de um cônjuge. Em 1998, o percentual era de 2,4% passando para 9,1% em 2008.

Segundo Ribeiro²⁶, nas regiões metropolitanas, a proporção de famílias monoparentais é maior que a média para o conjunto do país. Assim, quanto mais

²⁴ OLIVEIRA, Zuleica Lopes C.. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.123.

²⁵ *Ibidem*, 123.

²⁶ RIBEIRO, R. M.; SABÓIA, A. L.; CASTELLO BRANCO, H.; BREGMAN, S. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M.(Org.) *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1998, p.135-158.

elevado o índice de urbanização, maior o número de famílias com a presença de apenas um dos cônjuges.

De acordo com o IBGE (2002), “os domicílios com responsáveis do sexo feminino podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, visto que 91,4% dos mesmos estão localizados em cidades, enquanto que 8,6% estão dentro dos limites rurais”²⁷.

Alguns estudos, entretanto, apontam algumas fragilidades nas literaturas que evidenciam a chefia familiar feminina como fator causador do aumento da pobreza entre as mulheres.

Castro²⁸, por exemplo, afirma que a intensificação da pobreza entre as mulheres não é determinada pela ausência da figura masculina de provedor. Para ela, o mote do problema encontra-se no fato de que, em determinadas circunstâncias, foram as mulheres, esposas, companheiras, com desiguais condições de ingresso e permanência no mundo do trabalho que tiveram que assumir este papel.

Gomes e Carloto²⁹, tendo como referência o pensamento da autora supracitada, afirmam que:

[...] dentro da perspectiva da divisão sexual dos papéis, as mulheres, em virtude da sua dedicação aos cuidados e a reprodução, ficaram limitadas quanto à qualidade da sua participação no mercado. Tal fato contribuiu, em um momento de perda de uma fonte de renda - seja do marido ou do companheiro - para uma situação de risco maior entre as mulheres nessas condições³⁰.

Nesta linha de raciocínio, Castro complementa seu pensamento explicitando que mesmo nos casos em que as mulheres constituíram suas famílias sem a presença masculina exercendo o papel de provedor, a posição que elas ocupam no mercado de trabalho se entrelaça aos papéis sociais a elas direcionados, tais como, de mães,

²⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de indicadores sociais – 2010* (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – n. 27). Rio de Janeiro: 2002, p. 12.

²⁸ CASTRO, M. G. *Feminização da pobreza em cenário neoliberal*. In: I Conferência Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

²⁹ GOMES, Anne G.; CARLOTO, C. M.. Geração de Renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. In: *Serviço Social & Sociedade*. Vol. 105, p. 131-145, 2011.

³⁰ Idem, p. 137.

esposas. Logo, os rendimentos que elas obtêm através do trabalho produtivo não são vistos como a renda familiar principal, mas, tão somente, como um ganho complementar.

Com base nesta perspectiva, prepondera a corrente teórica que associa o fenômeno da feminização da pobreza ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho, pois entre as mulheres prevalecem os trabalhos em período parcial, temporários, precários e informais. Além disto, elas encontram-se no exercício de ocupações que exigem menos qualificação e que, conseqüentemente, oferecem salários mais baixos.

Tão logo, tendo em vista o quadro de desvantagem social e pobreza no qual se encontra inserida significativa parte das mulheres brasileiras, torna-se indispensável, na seção seguinte, tratar sobre outro aspecto que permeia as relações de gênero, que explica e, ao mesmo tempo, constitui-se um elemento utilizado para ratificar a desigualdade entre homens e mulheres - a divisão sexual do trabalho.

O CARÁTER DETERMINANTE DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Puleo³¹ aponta a emersão da desigualdade entre os sexos a partir da diferenciação das tarefas femininas e masculinas, onde prevalece uma valorização do trabalho produtivo e uma desvalorização do trabalho reprodutivo, este, geralmente, associado às mulheres.

De acordo com Saffioti³², pode-se pensar, em um primeiro momento, que foi na sociedade capitalista que o trabalho feminino se projetou. Contudo, a autora explica que as mudanças ocorridas com o advento do capitalismo apenas evidenciaram as funções econômicas das mulheres que já desempenhavam atividades ocupacionais fora do lar.

³¹ PULEO. Op. cit.

³² SAFFIOTI, H.I.B. *Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982*. Rio de Janeiro: XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia, 1986.

Com base nesta linha de raciocínio, é possível afirmar que a divisão sexual do trabalho contextualiza-se como anterior à Revolução Industrial. No entanto, foi na sociedade capitalista que a divisão sexual do trabalho se reorganizou e se intensificou, tendo como fator fundamental o domínio do trabalho-mercadoria. Sob esta lógica, coube aos homens o desenvolvimento das tarefas produtivas e remuneradas, a vida política e o mundo da cientificidade e cultura. Às mulheres ficaram destinadas as esferas privadas, domésticas, tidas como secundárias e de pouca relevância.

Com relação ao modo de produção capitalista, como bem alerta Saffioti³³, não se pode esquecer de que ele resulta, simultaneamente, da incorporação-superação dos modos de produção que historicamente o antecederam e do patriarcado, sistema sócio-político que traz consigo a ideia da dominação masculina, atuando em todas as épocas progressivas da formação social econômica burguesa. Sob esta lógica, o sistema de dominação social, cultural, político e econômico apresenta duas dimensões: a do patriarcado e a do capitalismo. Dimensões que mesmo se apresentando de forma inseparável, constituem dois sistemas justapostos e ou interdependentes, se auxiliando mutuamente, mesmo que mantendo, cada uma, sua autonomia relativa.

Com relação ao patriarcado, observa-se que ele sempre integrou as configurações históricas anteriores ao capitalismo, nesse sentido, trata-se de situar a emergência da supremacia masculina ao surgimento da propriedade privada, conforme afirma Engels³⁴.

É fato que com o desenvolvimento industrial, o mercado de trabalho para a mulher foi ampliado, mas, por outro lado, aumentou a sua exploração. Ressalta-se aqui a dupla jornada de trabalho a elas destinada, trabalho fora e dentro de casa.

A Revolução Industrial trouxe, em seu bojo, o acesso das mulheres às fábricas, aos escritórios e ao serviço público, embora de forma desigual em relação

³³ SAFFIOTI, 1982. Op. cit.

³⁴ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

aos homens. Entretanto, o trabalho industrial tornou-se um meio de levar informação, educação e aprendizado técnico às mulheres. Restou, entretanto, uma grande dificuldade a ser enfrentada no sentido da superação dos estereótipos comportamentais, constituídos historicamente e mantidos pela ideologia patriarcal presente na sociedade.

Brumer³⁵, ao tratar da segmentação profissional em decorrência do sexo, retrata alguns aspectos da inserção feminina no mundo do trabalho. Segundo a autora em epígrafe, existe uma segmentação no mercado de trabalho que promove a concentração de homens e mulheres em determinadas profissões e que destina às mulheres, de um modo geral, ganhos inferiores aos dos homens, mesmo quando exercem uma mesma função. Aponta, ainda, que a participação das mulheres na força de trabalho, nos últimos anos, apresentou variação quantitativa (proporção de mulheres ocupadas) e qualitativa (tipos e setores de emprego) e que muitas mulheres sofrem discriminações no trabalho pelo simples fato de serem mulheres.

Aos poucos, contudo, as mulheres vão ampliando seu espaço na economia nacional. Estudos na área indicam que o fenômeno ainda é lento, mas constante e progressivo. Em 1973, apenas 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil eram do sexo feminino. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD (2000), em 1999, elas já representavam 41,4% e, em 2009, esse número passou para 48,6%.

Apesar dos progressos do processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, podemos perceber que o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho influenciam e, muitas vezes, definem os lugares que devem ser ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, de acordo com Pessoa e Viana (2008), a segregação no mercado de trabalho capitalista destinou às mulheres empregos e condições de trabalho mais precarizadas, reforçando o caráter de complementaridade entre trabalho profissional e suas “responsabilidades” domésticas, reafirmando, desta forma, a concretização do patriarcalismo.

³⁵ BRUMER, Anita. *Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho*. Paris: Université de Paris X, 1987.

Convém evidenciar que a inserção feminina no mundo do trabalho vem sendo marcada, ao longo dos anos, por elevado grau de discriminação, principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres e pela significativa presença das mulheres nas atividades domésticas e no trabalho informal e precário.

Ao analisar a situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, a escolaridade é um dos aspectos que precisa ser levado em consideração, pois sua elevação é considerada uma das formas para se alcançar melhores condições sociais.

Tendo como referência dados do IBGE (2010), em 2009, a média de anos de estudo para o total de mulheres com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalho formal, no Brasil, era de 10,6 anos, enquanto a dos homens ficava em 9,2 anos. Entre a população ocupada no setor informal, a diferença persiste – 7,1 anos de estudo para as mulheres e 6,1 anos para os homens.

Em nível regional, as diferenças apresentam-se de forma mais aguda. No nordeste, ainda tomando por base os dados do IBGE (2010), em 2009, a média de anos de estudo para o total de mulheres com 16 anos ou mais de idade, ocupadas no setor formal, era de 10,7, já a média masculina ficava em torno de 8,6 anos. No setor informal, também prevalece essa diferenciação no que se refere à escolaridade em função do sexo – as mulheres apresentaram 6,2 anos de estudos, enquanto os homens obtinham apenas 4,9 anos de estudo.

Embora, quando comparadas aos homens, as mulheres apresentem uma maior escolaridade, tal aspecto não se converte em uma melhor remuneração para as trabalhadoras brasileiras que, de um modo geral, têm rendimento médio inferior ao dos homens. No ano de 2009³⁶, o total de mulheres ocupadas recebia o equivalente a 70,7% do rendimento médio masculino. No mercado formal, elas recebiam, aproximadamente, 74,6% dos rendimentos deles. Mas tal desproporção acentua-se no setor informal, onde as mulheres recebiam somente 63,2% do rendimento médio dos homens.

³⁶ Dados do IBGE (2010)

Convém assinalar, ainda com base nos dados do IBGE (2010), que quando levados em consideração os anos de estudo, persiste a desproporcionalidade entre os ganhos masculinos e femininos, a saber: em 2009, as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam em torno de 58% do rendimento dos homens que possuíam a mesma escolaridade. Nas outras faixas de escolaridade, a razão é um pouco mais alta (61%).

Uma possível explicação para esta desproporção salarial entre homens e mulheres, de acordo com o órgão responsável pela pesquisa, refere-se ao fato de que, para o grupo com escolaridade mais elevada, a formação profissional das mulheres ainda se insere nos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizadas no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Cunha³⁷, ao tratar das áreas de maior concentração da força de trabalho feminina, faz referência a Abramo³⁸ lembra estar o trabalho feminino vinculado à divisão sexual do trabalho, determinando a inserção das mulheres em ocupações consideradas tradicionalmente femininas e limitando seu acesso a outras profissões ou também a outras qualificações.

Em relação à jornada de trabalho, percebemos que a tendência do trabalho em tempo parcial encontra-se mais ligado às trabalhadoras. Nesse sentido, Nogueira³⁹ suscita a hipótese de que o capital necessita, também, do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva. Segundo Antunes⁴⁰, seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica.

Em 2009, os dados do IBGE (2010) evidenciam que a média de horas trabalhadas pelas mulheres foi de 36,5 horas semanais, a dos homens foi de 43,9 horas. Nos trabalhos informais, durante o mesmo período, o número foi de 30,7 horas

³⁷ CUNHA, M. A. Gênero no trabalho: desemprego exclusão e precariedade. Trabalho e educação. *Revista Nete*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

³⁸ ABRAMO, Inserción laboral de las mujeres em America Latina: una fuerza de trabajo secundaria? In: *Seminário temático interdisciplinar: os estudos do trabalho*. Unicamp, nov. 1999.

³⁹ NOGUEIRA, Cláudia Mazei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

⁴⁰ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

semanais para o trabalho feminino, em contraste com as 40,8 horas trabalhadas pelos homens. No setor formal, tanto para as mulheres quanto para os homens, a média de horas trabalhadas ultrapassa às 40 horas semanais, para os homens, o número médio é de 44,8 horas e para as mulheres, a média é de 40,7 horas.

A inserção das mulheres no setor informal da economia, por um lado, reflete a precarização das relações de trabalho, mas, em função da menor jornada, permite à mulher compatibilizar atividades laborais e domésticas, além dos cuidados com crianças ou idosos, evidenciando, desta forma, que as atividades domésticas permanecem sob a responsabilidade das mulheres.

Apesar de, ao longo dos anos, a taxa de atividade feminina ter aumentado, as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares. No Brasil, a média de horas gastas pelas mulheres em afazeres domésticos é maior do que o dobro da média de horas despendidas pelos homens. Em 2009, enquanto as mulheres ocupadas gastaram em torno de 22 horas semanais em afazeres domésticos, a média entre os homens foi de apenas 9,5 horas.

Ao tratar da questão do desemprego, Nogueira⁴¹, relata que a década de 1990 no Brasil foi marcada por uma profunda reestruturação produtiva e pela desregulamentação do trabalho. Nesse sentido, o desemprego assume novas proporções durante a última década, sendo as mulheres trabalhadoras as mais atingidas.

Apesar da forte participação feminina no espaço produtivo, percebe-se que a inserção das mulheres no mundo do trabalho tem sido marcada pela precariedade e pela presença das mulheres nos segmentos menos organizados da economia, nos quais existe uma maior incidência de contratos de trabalho informais e uma menor atuação das organizações sindicais.

Portanto, pensar sobre a pobreza numa perspectiva de gênero requer levar em consideração os aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho, que ratifica a

⁴¹ NOGUEIRA. Op. cit.

subalternidade feminina no âmbito produtivo. Para Melo, “[...] há uma nítida relação entre divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego”⁴².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da pobreza ser um problema de ordem estrutural, como bem lembram Gomes e Carlotto⁴³, por atingir indistintamente homens e mulheres e constituir-se produto do conflito entre o capital e o trabalho, suas refrações são sentidas de maneiras diferentes pelos dois sexos. Nesse sentido, a pobreza de homens e mulheres expressa aspectos diferentes, portanto, requer ações diferenciadas para o seu conhecimento e medidas de enfrentamento.

Ao longo deste trabalho, a intenção foi enfatizar que a pobreza feminina tem como um dos seus eixos principais o mercado de trabalho, que, por sua vez, relaciona-se, intrinsecamente, com a forma de inserção das mulheres nos espaços produtivos.

Assim, é conveniente retroceder aos anos 80 e 90 para ratificar que, apesar das repercussões decorrentes da reestruturação produtiva ter alcançado homens e mulheres, tal processo acabou por incidir mais fortemente sobre as mulheres, direcionando-as mais intensamente para o trabalho informal e precário, seja sob a justificativa cultural e socialmente constituída que subjuga a mulher ao espaço reprodutivo, seja pela pretensa desqualificação das mulheres frente ao novo padrão de acumulação.

No decorrer da discussão, procuramos evidenciar, através da literatura e de dados estatísticos, as desigualdades que se apresentam no âmbito do trabalho em decorrência da condição de gênero e que colocam as mulheres em uma situação de desvantagem e maior vulnerabilidade face à pobreza.

⁴² MELO, H. P. Gênero e Pobreza no Brasil. In: Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero en la America Latina y El Caribe. Brasília: Cepal, 2005, p. 14.

⁴³ GOMES e CARLOTO. Op. cit.

Por fim, acreditamos que a superação da situação de desvantagem social, política e econômica à qual está submetido significativo contingente de mulheres deixa de ser um problema apenas da condição feminina requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores sociais, ou seja, requer repensar os papéis que foram social e historicamente condicionados a homens e mulheres com base na hierarquia de gênero.

Referências

ABRAMO, Inserción laboral de las mujeres em America Latina: uma fuerza de trabajo secundaria? In: *Seminário temático interdisciplinar: os estudos do trabalho*. Unicamp, nov. 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. *Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais*. Documento Base. p.23, Brasília: 2004.

BRUMER, Anita. *Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho*. Paris: Université de Paris X, 1987.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. *História do direito do trabalho da mulher - aspectos históricos-sociológicos do início da república ao final deste século*. São Paulo: LTR, 2000.

CASTRO, M. G. *Feminização da pobreza em cenário neoliberal*. In: I Conferência Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. Trad. GuyReynaud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CUNHA, M. A. Gênero no trabalho: desemprego exclusão e precariedade. Trabalho e educação. *Revista Nete*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: Mary Del Priori (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Anne G.; CARLOTO, C. M.. Geração de Renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. In: *Serviço Social & Sociedade*. Vol. 105, p. 131-145, 2011.

GUTIÉRREZ, Alberto. A.; LONG, Virgílio M.; PARGA, Rodolfo S. Teses sobre a crise do capitalismo e a conjuntura mundial. In: *VIII Seminário os partidos políticos e uma nova sociedade*. México, mar. 2004. Disponível em: http://resistir.info/México/anaya_8_seminário_mar04_port.HTML#asterisco. Acesso em 18 fev. 2008.

HELLER, A. O cotidiano e a história. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de indicadores sociais – 2010* (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27). Rio de Janeiro: 2010.

_____. *Síntese de indicadores sociais – 2002*. Rio de Janeiro: 2002.

JOHNSON, G. A.; KRIEGER, Moises. Feminização da Probreza: uma leitura crítica. In: *Achegas*, v.1,2007, p. 18-30. disponível em: http://www.achegas.net/numero/35/johnson_35.pdf. Acesso em: 12 set. 2007.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, vol. 4, n.2, 1996, p.464-479.

MACHADO, Lia Z. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Brasília: 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf.pdf>>. Acesso em : 31 maio 2004.

MELO, H. P. Gênero e Pobreza no Brasil. In: *Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero em la America Latina y El Caribe*. Brasília: Cepal, 2005.

NOVELLINO, Maria S. Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, v. 1, 2004.

NOGUEIRA, Cláudia Mazei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes C.. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.123-148.

OSTERNE, M. S. F. *Família, Pobreza e Gênero: O Lugar da Dominação Masculina*. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2001

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira Osterne. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza: EDUECE: 2008.

PACHECO, Ana Lúcia de P. Barros. *Mulheres pobres e chefes de família*. 2005.

Tese (doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em:

http://www.psicologia.ufrj.br/pos_elcos/pos_eicos/arq_anexos/arqteses/analuciapaes_pacheco.pdf. Acesso em: 13 ago.2007.

PESSIS, Anne-marie; MARTÍN, Gabriela. Das Origens da desigualdade de gênero. In: MARTÍN, Márcia Castillo; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *Marcadas a ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005, p.17-22.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and elfare. In: *Urban and Social Change Review*, 1978, p. 28-36.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: Mary Del Priori (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PULEO, Alicia H. *Filosofia, gênero y pensamiento crítico*. Série Filosofia. Espanha: Universidad de *Valladolid*, 1999.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: Mary Del Priori (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, R. M.; SABÓIA, A. L.; CASTELLO BRANCO, H.; BREGMAN, S. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M.(Org.) *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1998, p.135-158.

SAFFIOTI, H.I.B. *Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982*. Rio de Janeiro: XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia, 1986.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. Gênero: una categoría útil para los estudios históricos? In: LAMAS, M. (Org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México: PUEG, 1997, p.265-302.

_____. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, n.2, 1990.

SILVA, Severino Vicente da. Imagens da mulher em um livro didático. In: MARTÍN, Márcia Castilho; OLIVEIRA, Suely (Org.). *Marcadas a ferro*, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005, p. 154-158.

SOARES, Ana. C. Nassif. *Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: Mary Del Priori (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: Mary Del Priori (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.